

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

MARIA EDUARDA BERNARDES BORGES

A Cidade Murada de Kowloon: um microcosmo urbano de resistência e apropriação coletiva
do espaço

Uberlândia

2025

MARIA EDUARDA BERNARDES BORGES

A Cidade Murada de Kowloon: um microcosmo urbano de resistência e apropriação coletiva
do espaço

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

Uberlândia
2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B732
2025

Borges, Maria Eduarda Bernardes, 2001-
A Cidade Murada de Kowloon [recurso eletrônico] : um
microcosmo urbano de resistência e apropriação coletiva do
espaço / Maria Eduarda Bernardes Borges. - 2025.

Orientador: Sérgio Paulo Moraes.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. História. I. Moraes, Sérgio Paulo, 1972-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III.
Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARIA EDUARDA BERNARDES BORGES

A Cidade Murada de Kowloon: um microcosmo urbano de resistência e apropriação coletiva
do espaço

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciatura em História.

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Douglas Gonsalves Fávero - SME/Uberlândia - MG

Lidianny Nascimento Fonseca - SME/Rondonópolis - MT

AGRADECIMENTOS

A meus pais, que depois de anos caminhando sob o sol me permitiram descansar à sombra.

A meus familiares, que sempre me deram mais créditos do que eu de fato merecia.

A meus amigos, que me deram o privilégio de não saber o que é não ser amada.

A meus professores, da pré-escola à faculdade, que foram luz no meu caminho.

“I feel like I've been living in
A city with no children in it
A garden left for ruin by a billionaire
inside
Of a private prison” – Arcade Fire

RESUMO

O presente estudo procura compreender a Cidade Murada de Kowloon como um microcosmo de resistência em relação ao planejamento urbano, hierárquico e fragmentário, no sistema capitalista. Serão analisados conceitos cunhados, especialmente, por Henri Lefebvre e David Harvey, sobre a produção e os usos do espaço no presente sistema de produção, de forma que, posteriormente, sejam utilizados para examinar a estrutura arquitetônica e social da cidade de Kowloon, compreendendo-a como uma zona de exceção em relação a padronização urbana na modernidade. Por fim, será proposta uma sequência didática cujo objetivo principal é estimular o exercício da cidadania por parte dos estudantes, de forma que eles se tornem conscientes de sua posição como protagonistas no que se refere ao uso público do espaço e em sua reivindicação.

Palavras-chave: Cidade Murada de Kowloon; planejamento urbano; produção do espaço;

ABSTRACT

This study seeks to understand the Kowloon Walled City as a microcosm of resistance to the hierarchical and fragmentary urban planning in the capitalist system. Concepts coined, particularly by Henri Lefebvre and David Harvey, regarding the production and uses of space within the current system of production will be analyzed. These concepts will then be used to examine the architectural and social structure of Kowloon City, understanding it as a zone of exception in relation to urban standardization in modernity. Finally, a didactic sequence will be proposed whose main objective is to encourage students to exercise citizenship, so that they become aware of their position as protagonists regarding the public use of space and their demands.

Keywords: Kowloon Walled City; urban planning; space production;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa de Hong Kong.....	19
Figura 2 -	Kowloon no início do século XX.....	20
Figura 3 -	Lateral de um edifício de Kowloon.....	24
Figura 4 -	Rua Tung Tau Tsuen	26

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Uma análise histórica da produção capitalista do espaço	12
3. A Cidade Murada de Kowloon: um enclave urbano secular	16
4. Kowloon: um microcosmo urbano singular	22
5. Direito à cidade e cidadania: uma proposta educativa	26
5.1. Sequência didática: um caminho para o exercício da cidadania	29
6. Considerações Finais.....	35
7. Referências	37

1. Introdução

O movimento da globalização e o crescimento desenfreado das cidades demanda uma análise do espaço que perpassasse noções puramente físicas e geográficas. A teoria da produção espacial elaborada por Henri Lefebvre na década de 1970 torna-se, nesse sentido, cada vez mais necessária. A partir dessa perspectiva, entende-se que o espaço, para além de apenas o cenário onde acontecimentos se desenrolam, é construtor de processos históricos ao mesmo tempo em que é construído por eles. O presente artigo foi majoritariamente fundamentado na pesquisa do filósofo francês e busca compreender os conceitos lefebvrianos, frequentemente tomados por outros autores como David Harvey, à luz de um microcosmo social singular: A Cidade Murada de Kowloon.

A proposta central deste estudo é investigar como a lógica capitalista de produção do espaço urbano, marcada pela racionalização territorial, pode ser confrontada com experiências urbanas que escapam, parcial ou totalmente, a esse padrão. Nesse sentido, a Cidade Murada de Kowloon, localizada em Hong Kong, representa um caso simbólico. Erguida sob condições excepcionais de abandono administrativo e ambiguidade jurídica, a cidade se transformou em um espaço de autogestão comunitária, onde a ausência de controle formal do Estado possibilitou o surgimento de meios alternativos de uso e apropriação do espaço.

Primeiramente, no capítulo posterior a este, o texto trará a discussão sobre a produção do espaço no capitalismo, com base nas contribuições de Henri Lefebvre e David Harvey. Nesse sentido, será feita uma análise sobre a virada espacial de acordo com as proposições lefebvrianas, ou seja, quando o espaço passa a ser compreendido como um produto social, e como essa teoria demonstra a formação urbana em diferentes modelos de produção, com enfoque no sistema capitalista, à luz das percepções harveyanas de acumulação.

Em seguida, será apresentado um panorama histórico da Cidade Murada de Kowloon, indicando as particularidades sobre sua jurisdição que concernem, por sua vez, uma passagem pelos conflitos travados entre a China e o Império Britânico a partir do século XIX. Neste capítulo foram utilizados autores como Elizabeth Sinn, a maior referência no que se trata da história do enclave, e Sophie Liu, para o que se refere à jornada administrativa do território. Esse cenário dará embasamento para compreensão das características administrativas que a envolvem desde seus primórdios e tiveram como consequência sua consolidação, no século XX, como um enclave urbano *sui generis*, que será explorado no capítulo seguinte.

Nesse momento, Kowloon será analisada a partir, especialmente, de sua formação arquitetônica e social e como ela representou uma ruptura em relação ao urbanismo moderno, planejado e racionalizado, para se tornar um organismo próprio e caótico. Dessa maneira, a análise dos pesquisadores em arquitetura e urbanismo Alsuwaidi et al. foram de grande importância, uma vez que se propõem a compreender a organização urbana espontânea do território a partir de uma perspectiva pós-estruturalista.

Por fim, no último capítulo, será elaborada uma reflexão sobre como essa experiência se aproxima do ideal de Lefebvre de direito à cidade, associando-a à uma proposta educacional pensada para o Ensino Médio que busca exercitar a cidadania e a importância dessa reivindicação. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, uma das competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas defende a possibilidade de o estudante:

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2018, p. 558).

Nessa perspectiva, a sequência didática em questão tem como propósito viabilizar a prática da cidadania atrelada aos usos públicos do espaço, ao colocar em evidência como experiências alternativas de organização espacial podem subverter a lógica normativa excludente e introduzir o estudante à possibilidade de outras formas possíveis de cidade, em que eles sejam protagonistas.

2. Uma análise histórica da produção capitalista do espaço

A cidade enquanto forma histórica e socialmente construída é mais do que um simples cenário onde a vida urbana se desenrola. Ela é marcada por disputas, conflitos e interesses que se postam sobre o espaço físico e delimitado. Nesse sentido, é inconcebível interpretar territórios urbanos como neutros, uma vez que são moldados a partir das dinâmicas econômicas, políticas e ideológicas atribuídas pelo sistema de produção em vigência. Conhecer a história de uma cidade exige, inevitavelmente, a compreensão da mutabilidade do que se entende por urbano em diferentes temporalidades e como ele se configura no presente modo produtivo, isto é, o capitalismo.

É nessa perspectiva que o filósofo francês Henri Lefebvre elabora sua teoria da economia política espacial. Em uma de suas principais obras, *A Produção do Espaço*, o autor desenvolve, a partir de uma ótica materialista histórica e dialética, a ideia de que o espaço é, ao mesmo tempo, produzido socialmente e um produto social. Lefebvre evidencia no prefácio de seu livro que, até aquele momento, isto é, meados dos anos 1970, as concepções de espaço eram marcadas por reducionismos e contradições. Por um lado, a megalomania da corrida espacial acentuada pela difusão midiática ao imaginário popular limitava o termo Espaço (em maiúsculo) ao caráter cósmico. Por outro, “[...] o termo não evocava senão os matemáticos, a geometria (euclidiana) e seus teoremas, portanto uma abstração: um recipiente sem conteúdo” (Lefebvre, 2000, p. 5). Na filosofia era marginalizado e nunca dado a devida autonomia de ser peça central de investigação. As ciências o fragmentavam para uso próprio (espaço geográfico, espaço histórico etc.), “No melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo certos critérios inexprimidos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano.” (p. Lefebvre, 2000, p. 3).

Em resumo, o que predominava era a percepção de espaço como um receptáculo, mero cenário, nunca protagonista. Lefebvre subverte essas proposições ao defender que o espaço deve ser percebido como produto social, resultado de práticas, relações de poder e contradições históricas. De agora em diante:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático (Lefebvre, 2000, p. 5).

Nessa perspectiva, deixa de ser uma categoria neutra ou natural e passa a ser reconhecido como indissociável da realidade social. Ele não mais existe a priori, mas é produzido historicamente, carregando as marcas das relações que o constituem. Assim, a análise da cidade como forma existente por si mesma é deslocada para a cidade como um processo, que molda as dinâmicas da sociedade ao mesmo tempo em que é moldada por elas. Isso implica, naturalmente, a transformação contínua do espaço de acordo com as variações sociais, econômicas, políticas e ideológicas de determinado período. Em outras palavras:

Enquanto suporte de sucessivas sociedades e seus respectivos modos de produção, a realidade urbana pode indicar diferentes periodizações da história do espaço. [...] O

processo histórico, portanto, se inscreve incessantemente sobre o espaço. Os acontecimentos deixam seus *traços* e a sociedade se inscreve no espaço enquanto ato, resultado e produto das atividades sociais (Almeida; Nascimento, 2023, p. 8).

No sistema de produção capitalista a industrialização é, ao menos em um primeiro momento, a indutora da urbanização. O fenômeno industrial atuava como a principal engrenagem do crescimento urbano, uma vez que a concentração fabril atraía fluxos de trabalhadores, reordenava a cidade e determinava sua expansão territorial. A reorganização da cidade, nesse contexto, configurava-se como um efeito do desenvolvimento industrial, que “[...] produziu a urbanização e criou as bases que permitiram ao capitalismo reproduzir-se” (Carlos, 2019, p. 464). Nesse sentido, o modelo de produção passa a ditar os padrões cotidianos de todos os indivíduos e sua relação com o espaço, atribuindo a lógica industrial à todas as esferas da vida pública. Nas palavras de Simmel, “A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, - dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas” (1973, p. 14). Isso altera não somente a relação do homem com o espaço, mas a relação do homem consigo mesmo e com seus iguais, uma vez que a racionalização da vida trazida pela industrialização acarreta a dessensibilização do indivíduo em relação ao outro e em sua individualização. Esse fenômeno tem como consequência o fim (ou quase) do senso de comunidade que, por sua vez, facilita que as classes dominantes alcancem a fragmentação da sociedade, facilitando, assim, a difusão do poder.

No decorrer do século XX, Lefebvre identifica uma inversão fundamental na relação entre industrialização e urbanização. Esta deixa de ser mera consequência e assume papel indutor das transformações sociais e econômicas, tornando-se elemento central da reprodução do capital. Em outras palavras, a necessidade capitalista de uma expansão constante faz com que a produção extrapole os limites das fábricas e transforme a cidade, o cotidiano e o urbano em mercadorias, assim, o espaço passa a ser produzido como condição para a reprodução do sistema capitalista. Dessa forma:

[...] a explosão-implosão da cidade antiga configura o momento crítico e dá sentido à construção da reflexão de Lefebvre, como ponto de construção da problemática urbana, mudando os conteúdos dos problemas sintetizados pelo processo de industrialização – momento da história em que o processo de produção supera, extravasa, o espaço da indústria – e do processo de produção *stricto sensu* – para tomar a cidade, redefinindo as relações sociais (Carlos, 2019, p. 464).

Nesse sentido, o capitalismo deixa de ter a produção industrial como centro e passa a organizar a cidade como uma máquina de acumulação, tornando o espaço urbano uma dimensão central de poder e de reprodução social. David Harvey se apropria da teoria de Lefebvre sobre a produção do espaço para conceber sua própria análise espacial, embora com um teor menos sociológico e mais economicista. Ele aponta que as crises do sistema capitalista estão frequentemente associadas à superacumulação de capital, isto é, ao excedente de recursos que não encontra meios imediatos de investimento lucrativo. Essas crises não deixam escolha ao capitalismo senão impor algum tipo de ordem e racionalidade ao desenvolvimento econômico, reorganizando a produção e o espaço para restabelecer a valorização do capital. Assim, são criadas condições para a renovação do processo de acumulação, que é elevado a um novo nível através da incorporação de novas estratégias expansivas e de controle (Harvey, 2005, p. 46-47). A urgência em lidar com as crises do capital mudou a perspectiva econômica sobre o:

[...] processo urbano e - pelo sistema de autoestradas e transformações infraestruturais (financiados pela dívida), pela suburbanização, pela total reformulação não apenas da cidade, mas de toda a região metropolitana - determinou uma maneira de absorver a produção excedente e, desse modo, resolver o problema da absorção dos excedentes de capital (Harvey 2014, p. 37).

Assim, a urbanização torna-se um dos principais meios de valorização econômica. A sociedade transita de um modelo industrial para um modelo urbano, no qual o espaço, e não mais a fábrica, fundamenta as estruturas da organização social e da dinâmica capitalista. O espaço torna-se por si mesmo mercadoria. A cidade, cujas particularidades foram outrora determinadas a partir de um processo histórico orgânico e espontâneo, deixa de ser obra coletiva e expressão da vida social para se submeter à lógica espacial do sistema capitalista, que a subordina a um planejamento técnico e racional cujo objetivo final é a valorização econômica. Ela deixa de ser construída e moldada por seus habitantes e passa a ser previamente projetada para atender aos interesses do mercado.

Lefebvre se apoia na cidade de Veneza para demonstrar a produção social do espaço em um sistema econômico anterior ao capitalismo, uma vez que suas construções foram edificadas no intuito de cumprir um objetivo comercial ao mesmo tempo em que lidava com um desafio imposto pela natureza, isto é, as águas. Percebe-se, assim, como a cidade foi erigida a partir de um longo processo histórico sob necessidade de cumprir com um intuito social e econômico (Lefebvre, 2006, p. 68). O autor afirma que:

Mesmo em Veneza, o espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção). As forças produtivas, ao longo de seu

crescimento, não se desenvolvem num espaço preexistente, vazio, neutro ou somente determinado geograficamente, climaticamente, antropológicamente etc. Não há nenhuma razão para se separar a obra de arte do produto até se colocar a transcendência da obra. Se é assim, toda esperança de reencontrar um movimento dialético tal que a obra atravesse o produto e que o produto não devore a criação no repetitivo não está perdida (Lefebvre, 2006, p. 69).

Ao usar Veneza como exemplo, Lefebvre infere que até mesmo cidades idealizadas no imaginário coletivo como obras de arte não escapam da construção produtiva do espaço porque, antes de tudo, foram moldadas por processos materiais e sociais concretos. No entanto, ao mesmo tempo em que é um produto, organizado e projetado para atender determinada lógica, a cidade não abandona seu caráter de “obra” como expressão criativa e coletiva do espaço. É na modernidade capitalista que o produto passa a se sobrepor à criação, impondo a repetição, a padronização e a mercantilização como formas predominantes de produção espacial, reduzindo as possibilidades de apropriação viva e autônoma do território.

Apesar disso, Lefebvre se mostra otimista ao se ancorar na possibilidade de um movimento dialético em que o uso coletivo do espaço reconfigure o espaço racionalizado, devolvendo aos habitantes a possibilidade de intervenção e reinvenção do urbano, confrontando a percepção mercadológica imposta na projeção das cidades. Essa perspectiva abre caminho para analisar experiências urbanas que escapam, parcial ou completamente, ao planejamento capitalista, revelando formas alternativas de apropriação e organização espacial. A Cidade Murada de Kowloon, com seu crescimento espontâneo e sua estrutura autogerida, surge como um exemplo emblemático dessa possibilidade, uma vez que sua configuração urbana, mesmo que ainda socialmente produzida, não se fez pautada em um planejamento prévio cujo intuito fosse atender interesses hierarquizados, mas sim os da própria comunidade.

3. A Cidade Murada de Kowloon: um enclave urbano secular

A Cidade Murada de Kowloon, localizada em Hong Kong, foi durante décadas um espaço singular no panorama urbano mundial, marcada por uma densa rede de habitações improvisadas, comércio informal e uma população que convivia sob a ausência quase que total de controle estatal. Antes de se tornar o que muitos descrevem como um “labirinto vertical”, Kowloon carregou uma longa trajetória histórica que remete ao período imperial chinês, atravessando a expansão colonial britânica no século XIX e as complexas disputas geopolíticas

do século XX. Sua estrutura urbana e administrativa não pode ser compreendida sem uma análise prévia desse passado, que gradualmente construiu as bases de um território que operaria, por décadas, fora da lógica tradicional de organização estatal.

A história de Kowloon se insere no panorama geral da interferência europeia no leste da Ásia. A região hoje conhecida como Hong Kong tem seu primeiro contato com colonizadores europeus no início do século XVI, com a chegada do português Jorge Álvares em 1513. O vínculo entre nativos da região e os ocidentais se estreitaram na medida em que estes passam a se interessar cada vez mais pelos produtos da China, em especial o chá, a seda e a porcelana. Essas mercadorias eram compradas em troca de metais preciosos, uma vez que os bens europeus eram pouco atrativos aos chineses, com exceção de uma iguaria bastante popular na região: o ópio (Feistauer; Wisbey, 2024, p. 60, tradução minha). Esse artigo era produzido na Índia e fornecido especialmente pelos britânicos, que detinham o controle econômico da região. O mercado do ópio indiano sob domínio britânico foi um dos pilares do império colonial, funcionando como uma peça central no comércio global e nas relações de poder entre a Grã-Bretanha e a China. Bauer aponta que a indústria do ópio fora um dos maiores empreendimentos dos ingleses no norte da Índia e o segundo maior responsável pelo cabedal britânico durante quase todo o século XIX, atrás somente da captação de impostos sobre as terras dominadas (Bauer, 2019, p. 2, tradução minha).

O consumo desenfreado da substância acabou por se tornar um problema de saúde pública na China. Em 1839, o Imperador Daoguang, diante do caos gerado pelo comércio irregular de ópio, ordenou que as importações do produto fossem interrompidas e todos os estoques ilegais fossem queimados. Temendo perder grande parte de sua receita, o Império Britânico respondeu ao ato militarmente, o que desencadeou a Primeira Guerra do Ópio (Feistauer; Wisbey, 2024, p. 60, tradução minha). Com a vitória dos ingleses, a China se viu obrigada a ceder a Ilha de Hong Kong através do Tratado de Nanquim, em 1842.

Esse tratado inaugurou uma nova fase de tensões geopolíticas na região, especialmente quando os chineses demandaram à coroa britânica a permanência de sua jurisdição sobre a população da região agora pertencente aos ingleses. A solicitação chinesa teve com resultado um acordo entre as duas nações, que decidia que “[...] o governo chinês será responsável pela jurisdição criminal sobre a população chinesa em Hong Kong, ao passo em que a jurisdição civil do mesmo povo será concedida ao governo britânico” (Sherpa, 2022, p. 651, tradução

minha). A partir desse momento, a região de Hong Kong se encontrava sob duas jurisdições imperiais, ambíguas e distintas, que se tornaria um traço marcante da história política local.

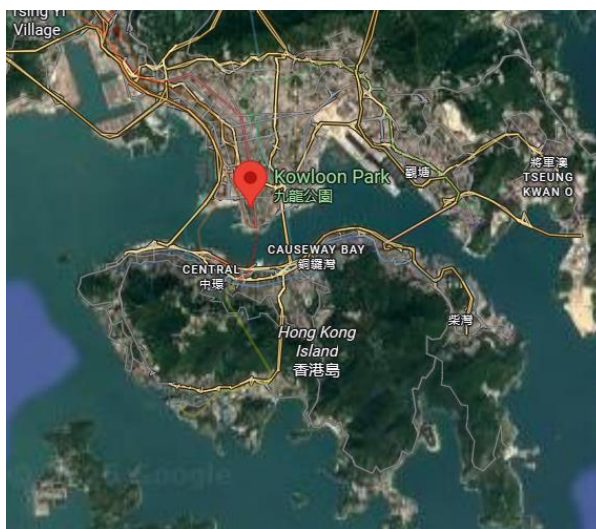
É certo dizer que, apesar do acordo, os britânicos encontravam-se descontentes com essa partilha, pois temiam que a presença chinesa pudesse suavizar a soberania inglesa na região. Nessa perspectiva, fazia-se necessária a construção de um mecanismo que diminuísse a influência chinesa entre a população e consolidasse o poder britânico sobre a colônia. Assim, o governador John Francis Davis tem a ideia de reviver o tradicional e secular sistema baojia (保甲), que fora uma:

“[...] organização coletiva de bairro para controle civil e aplicação da lei. Era constituída por estruturas de três níveis, com lideranças advindas da população comum. Era esperado que o sistema colocasse aldeias distantes, espalhadas por todo o império, sob o controle direto do Estado, sem envolvimento aparente da máquina estatal” (Sherpa, 2022, p. 653, tradução minha).

Essa forma chinesa de controle rural, implementada pela primeira vez no século XI, foi retomada sob premissa de permitir aos habitantes a manutenção de suas tradições, autonomia e estruturas legislativas, mas, pelo contrário, a ideia de Davis tinha como intenção principal conter o domínio chinês sobre a população de Hong Kong. Nesse sentido, a implementação do sistema promoveria uma maior autossuficiência da população em relação ao Império Chinês, uma vez que os próprios habitantes se tornariam responsáveis pelo controle da criminalidade em suas aldeias e não mais o governo, como havia sido estipulado no acordo. Assim, pode-se dizer que “A inclinação primária não era a preservação da estrutura administrativa tradicional do sistema, mas tinha como objetivo o controle centralizado que aquele sistema pretendia atingir” (Sherpa, 2022, p. 654, tradução minha). No entanto, mesmo aplicado sob uma premissa questionável, o sistema demonstra uma certa autonomia da população da região desde seus primórdios.

Com o controle sobre o território cada vez mais ambíguo, as tensões entre os chineses e britânicos perduraram e, temendo, que a Inglaterra continuasse as investidas na região, teve início a construção de uma cidade murada na península de Kowloon, em 1846.

Figura 1 – Mapa de Hong Kong¹



Fonte: Google Maps, 2025.

A região de Kowloon foi, durante a primeira metade do século XVIII, um pequeno posto militar chinês. Após o Tratado de Nanquim ser assinado e Hong Kong ser ocupada pelos britânicos, os chineses continuaram o domínio sobre a região e um administrador e um militar foram transferidos para o local, bem como cerca de 650 pessoas, dentre elas civis e militares. Em 1846 sugere-se a construção de um muro que garantisse a segurança tanto dos civis quanto dos militares, ao mesmo tempo em que “[...] contribuísse para a defesa costeira da área” (Sinn, 1987, p. 31, tradução minha). Bem como seus habitantes, os prédios da cidade eram, em sua maioria, militares. Uma das exceções fora a escola local, cuja importância era justificada pela necessidade de manutenção dos valores chineses frente à presença ocidental (Sinn, 1987, p. 32, tradução minha).

Com base nas documentações obtidas com a ocupação da região pelos britânicos em 1898, nota-se que “Desde os primórdios, uma associação *kaifong* (vizinhança), que organizava funções públicas, como saúde, educação, segurança e ordem, existiu” (Sinn, 1987, p. 32, tradução minha). Assim, é notável que Kowloon já apresentava uma forma preliminar de autogestão, característica perceptível a partir de algumas questões e decisões atribuídas somente ao território em detrimento da oficialidade chinesa.

¹ No mapa é possível ver a proximidade entre a Cidade Murada de Kowloon (marcado em vermelho, na imagem sob a nomenclatura de Kowloon Park) e a ilha de Hong Kong, indicando a posição estratégica da cidade para a China continental.

Em abril de 1899, o governo britânico, ao arrendar os Novos Territórios, enviou tropas para ocupar a região de Kowloon. Apesar de surpreendidos por uma certa resistência dos militares lá sitiados, os britânicos tomaram a cidade e ordenaram a retirada da grande maioria dos oficiais chineses que a habitavam. A região se tornou, a partir de então, um local de disputa entre as duas nações, uma vez que os britânicos reclamavam autoridade sobre a cidade sem o reconhecimento da China, que, apesar de demonstrar interesse em reaver o poder da região, não agiu ativamente para retomá-lo. Assim:

Com dois governos clamando por sua jurisdição, A Cidade Murada se encontrava em um impasse, enquanto um assumiu responsabilidade administrativa mínima para evitar constrangimentos diplomáticos, o outro, nenhuma. O resultado foi um quase vácuo de função e autoridade administrativa (Sinn, 1987, p. 38, tradução minha).

A expulsão dos militares da cidade em 1899 diminuiu drasticamente a demografia do local, que até a década de 1930 não passava de 500 pessoas. Os muros que preservavam a autonomia característica de Kowloon blindaram-na da irrupção modernizante vivenciada no restante de Hong Kong no início do século XX. A cidade se diferenciava das demais ao ponto de que se tornara uma área de visitação turística para quem almejasse vislumbrar o que fora a antiga China rural. Pouco a pouco as construções da cidade foram demolidas e os antigos habitantes despejados pelo governo de Hong Kong a fim de evitar desconfortos diplomáticos, de forma que, em 1940, apenas três prédios ainda se encontravam de pé.

Figura 2 – Kowloon no início do século XX



Fonte: Sinn, 1987, p. 42

O cenário tem uma reviravolta após a Segunda Guerra Mundial, quando ondas de refugiados chineses passam a ocupar Kowloon, repovoando-a. Assim, “[...] até 1947, sua população subiu para cerca de 2 mil habitantes. Mais uma vez, a tentativa de Hong Kong de expulsá-los provocou um conflito diplomático” (Sinn, 1987, p. 40, tradução minha). Dessa vez, o despejo não aconteceu. Pelo contrário, Kowloon foi deixada à mercê de uma independência que mais se assemelhava ao abandono que à autonomia secular existente em seus primórdios. O crescimento da cidade - vertical, demográfico e inversamente proporcional à regulamentação estatal - tornou-se incessante e, no início dos anos 1960 já se mostrava uma anomalia arquitetônica sem precedentes, ou, nas palavras de Elizabeth Sinn, uma “abominação”.

A ausência quase total de fiscalização estatal permitiu o surgimento de formas únicas de autogoverno por parte dos habitantes da cidade. De certa forma, pode-se dizer que houve a retomada do antigo sistema *baojia*, agora sob a nomenclatura de Associação de Bem-estar da Vizinhança (Neighborhood Welfare Association). Como supramencionado, essas organizações foram reavivadas no século XX e comuns em toda a China continental e em Hong Kong, porém, com algumas nuances em seus funcionamentos. Liu classifica o sistema no continente como uma estrutura predeterminada, que partia do topo do Estado chinês para as bases das pequenas comunidades. Enquanto isso, a organização das associações nas áreas de controle britânico era, inicialmente, espontânea e partia da própria população, mas logo esses grupos passaram a colaborar com o governo colonial, servindo como uma forma de coleta de informações e difusão de propaganda ocidental (Liu, 2024, p. 34-35, tradução minha). A Associação de Bem-estar da Vizinhança da Cidade Murada de Kowloon se assemelhava àquela vista no restante de Hong Kong, embora o enclave não estivesse propriamente sob jurisdição inglesa, no entanto, entende-se que, ao contrário das demais organizações, a de Kowloon fora definitivamente espontânea e não atuava em colaboração com o Estado, sequer possuía ligações com outras associações da região, representando uma organização genuinamente comunitária (Liu, 2024, p. 35, tradução minha). Oficialmente, essa entidade fora criada nos anos 1960, mas desde os anos 1940 já havia indícios de algumas formas espontâneas de organização da comunidade, como a criação de grupos de vigilância noturna e brigadas anti-incêndio.

É correto afirmar que a lacuna burocrática deixada pela negligência dos Estados envolvidos na administração da região lançou Kowloon e seus habitantes à própria sorte. Diante da ausência de uma governança formal, fez-se necessário o desenvolvimento de uma estrutura organizacional interna, pautada sobretudo no senso de comunidade e sustentada por redes de solidariedade locais. Esse contexto resultou em um processo de urbanização estruturalmente

espontâneo, marcado pela autogestão e pela adaptação às necessidades cotidianas dos moradores. A inexistência de um Estado formal (e burguês) permitiu que Kowloon se desenvolvesse como um espaço urbano singular, livre das normas convencionais de organização e favorável à experimentação social e arquitetônica.

4. Kowloon: um microcosmo urbano singular

Seja em relação à governança da cidade, seja no que se refere a sua estrutura física, Kowloon foi um notável exemplo urbanização de baixo para cima - tanto de forma literal quanto metafórica. Construída por seus habitantes e para seus habitantes, a cidade foi erigida verticalmente, nos limites do espaço que poderia ocupar, com arranjos arquitetônicos improvisados, redes informais de comércio e sistemas próprios de administração. Sem plano prévio e hierarquizante, a cidade se erigiu organicamente e de acordo com os objetivos de habitação da população local. Longe de ser uma “aberração”, sua complexidade urbanística e social evidencia uma alternativa radical ao urbanismo hegemônico: um espaço em que a coletividade moldava a cidade de forma criativa e funcional, sem a rigidez do planejamento estatal ou da especulação imobiliária. Kowloon torna-se, assim, um símbolo de resistência e imaginação urbana, revelando que outras formas de cidade são possíveis, não como abstrações teóricas, mas como realidades vividas.

Até o presente momento, a história cidade de Kowloon, bem como suas peculiaridades estruturais, foram, lamentavelmente, exploradas de forma perfunctória. Apesar de configurar-se como um instigante exemplo de irregularidade urbana, poucos pesquisadores se postaram na tentativa de compreender, de fato, suas características arquitetônicas e organizacionais. No entanto, um grupo de arquitetos da Universidade do Catar destinaram um estudo sobre a exímia abnormalidade na forma como ela se desenvolveu.

Como mencionado, a cidade de Kowloon passou por um processo de urbanização tardio, com sua reocupação após a Segunda Guerra Mundial, e, por sua vez, rápido e desenfreado. A omissão estatal deixou, por um lado, seus moradores desamparados, ao mesmo tempo em que permitiu que ordenassem a cidade de acordo com seus próprios interesses e objetivos. O surto populacional ocorrido na segunda metade do século XX transformou por completo o tecido social da cidade, que, por sua vez, deu origem a um processo de reorganização espacial. Os

limites do território não comportavam a quantidade de habitantes que chegava na cidade, exigindo seu crescimento de forma vertical. Os arquitetos afirmam que:

A ausência do planejamento hierarquizado na Cidade Murada de Kowloon levou a uma complexa e adaptável rede de passagens e prédios, desafiando paradigmas tradicionais com seu crescimento descentralizado. Diferentemente das cidades convencionais, o desenvolvimento orgânico de Kowloon fundiu cerca de 350 estruturas em uma megaestrutura unificada, com telhados interconectados criando um espaço contínuo e demonstrando o poder da evolução urbana de baixo para cima (Alsuwaidi et al., 2024, p. 10, tradução minha).

Kowloon se ergueu espontaneamente, criando um ecossistema urbano único sem precedentes e, embora não planejado e caótico, completamente funcional. Alsuwaidi et al. trazem o conceito de “urbanismo rizomático” para explicar a formação assimétrica de Kowloon. Esse termo associa o modelo epistemológico desenvolvido por Guattari e Deleuze ao planejamento urbano, advogando pela absorção dos princípios anti-hierárquicos na estruturação das cidades. O conceito cunhado pelos filósofos franceses pode ser aplicado à diversos assuntos e possuir múltiplas significações, mas para esta pesquisa, o definiremos como:

[...] uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. Contra os sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados (Guattari; Deleuze, 1995, p. 32).

Nessa perspectiva, Deleuze e Guattari criticam as narrativas lineares e hierárquicas que estruturam o conhecimento ocidental, aquelas que seguem uma ordem cronológica, causal e centralizada, como em uma árvore genealógica, em que tudo deriva de um tronco único. O rizoma, ao contrário, não parte de um centro, nem de uma origem, mas é uma rede em constante transformação, que cresce por múltiplas conexões. O sistema que ele propõe não possui sequência ou fórmula, mas é fluido, permitindo novos sentidos a cada interação. Os autores se opõem a reprodução pelos decalques, que copiam estruturas pré-existente e reproduzem modelos já estabelecidos. Assim, Alsuwaidi et al. atribuem o pensamento dos franceses a Kowloon ao afirmar que o *design* da cidade:

[...] exemplifica estruturas rizomáticas com conectividade não linear e dispersa, enfatizando o mapeamento dinâmico da cartografia para além das grades tradicionais. Essa elaborada rede de becos e escadarias não era apenas arquitetônica, mas também

crucial para sua estrutura social, formando uma teia de relações que desenvolvia um distinto espírito comunitário dentro de seu labirinto intrincado (2024, p. 14, tradução minha).

Essa lógica rizomática se opõe à visão do pensamento moderno e do urbanismo tradicional, ambos baseados em estruturas fixas, divisões rígidas e centros de poder. O rizoma, assim, oferece uma chave conceitual para compreender fenômenos que fogem ao planejamento hierárquico e que revelam uma multiplicidade de forças criativas e autônomas em ação, como redes sociais, movimentos culturais ou cidades como Kowloon, que crescem fora das normas estatais. Em contraposição ao espaço estriado ordenado e centralizado pelo Estado, a cidade floresceu (isto porque os filósofos captam o termo “rizoma” da botânica) como um espaço marcado por conexões horizontais, crescimento orgânico e improvisado, onde a ausência de planejamento estatal permitiu que fluxos sociais e arquitetônicos se multiplicassem livremente. Em outras palavras:

[...] os caules de rizoma não param de surgir das árvores, as massas e os fluxos escapam constantemente, inventam conexões que saltam de árvore em árvore, e que desenraizam: todo um alisamento do espaço, que por sua vez reage sobre o espaço estriado” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 195).

Figura 3 – Lateral de um edifício de Kowloon



Fonte: Girad; Lambot, 2014, p. 157.

Essa dinâmica nos leva novamente à teoria de Lefebvre e a tríade que é um dos pontos principais de sua pesquisa: o espaço concebido, o percebido e o vivido. A prática espacial capitalista é marcada por uma associação contraditória. Ao passo em que as cidades são projetadas para conectar diferentes esferas da vida pública, como o trabalho, o lazer e a moradia, essa estruturação contribui, na prática, para uma fragmentação do espaço urbano. Essa organização se manifesta como parte da lógica abstrata e geometrizarante do que Lefebvre chama de espaço concebido, isto é o espaço arquitetado por urbanistas e especialistas, que o reduzem a cálculos e a sua funcionalidade, sem considerar a experiência individual dos habitantes em sua vida cotidiana (Lefebvre, 2006, p. 39-40). Trata-se de um espaço desumanizado, onde a vida real é secundária em relação à ordem geométrica e utilitária.

O espaço vivido ou espaço de representação “[...] estaria ligada ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, como também à arte, quando esta tem a potência da subversão, ou seja, quando não se define como um código do espaço, mas como um código dos espaços de representação” (Alves, 2019, p. 558). Dessa forma, o vivido apresenta-se como a subversão do uso do espaço concebido. O espaço percebido é onde a dimensão do vivido e do concebido se chocam e entram em conflito. Ele corresponde ao espaço das práticas cotidianas, das interações concretas e dos usos reais que os sujeitos fazem do território. Nessa perspectiva, essa prática se ajusta aos usos projetados do espaço ao mesmo tempo em que possui potencial de subversão, mas que é frequentemente neutralizado pela rotina e padrões de consumo (Alves, 2019, p. 560).

Em Kowloon, essas três dimensões assumiram uma configuração singular: a quase ausência de um espaço concebido abriu caminho para que o espaço percebido e vivido ganhassem protagonismo. As construções improvisadas, a organização comunitária e a intensa vida social resultaram em uma espacialidade marcada pela experiência e pelo simbolismo coletivo, evidenciando uma produção do espaço de baixo para cima, alheia à lógica urbanística capitalista e profundamente enraizada no cotidiano dos moradores. Ali, a separação técnica entre funções se desfaz; a prática espacial não é regida por normas externas, mas construída internamente, de forma coletiva e caótica, porém funcional de modo coeso àqueles que usufruíam da cidade. Assim:

A rua Tung Tau Tsuen, um bairro residencial, se beneficiou do ambiente comercial. Devido à sua localização estratégica, a rua Lung Shing atraiu uma variedade de comércios de varejo e áreas da saúde. A rua Lo Yan se tornou uma área industrial, enquanto a rua Tai Chang, com seu abastecimento de água, se desenvolveu em um centro de produção de alimentos (Alsuwaidi et al., 2024, p. 15, tradução minha).

Figura 4 – Rua Tung Tau Tsuen



Fonte: Girad; Lambot, 2014, p. 172.

Essa afirmação evidencia a ordenação da cidade de acordo com as necessidades dos próprios moradores, que, aos poucos, reorganizavam e adaptavam sua estrutura de acordo com o que fosse coerente em relação às suas próprias demandas. Assim, os espaços de moradia, trabalho, circulação e lazer, normalmente fragmentados no planejamento urbano, se constroem e se interconectam naturalmente. A urbanização comumente fracionada e hierarquizada é subvertida em uma apropriação rizomática do espaço, onde a vida cotidiana resiste à padronização e recria a cidade como expressão social.

5. Direito à cidade e cidadania: uma proposta educativa

Se o espaço é produto e produtor de relações sociais, experiências como a de Kowloon revelam como o vivido e o percebido podem reconfigurar - neste caso até mesmo burlar - o concebido, abrindo brechas para práticas criativas e insurgentes no interior da própria cidade. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a cidade murada funciona como uma demonstração caótica do que Lefebvre considera ser direito à cidade. Esse conceito pode ser compreendido como a expressão mais avançada de sua reflexão dialética sobre o espaço urbano. Fruto da

análise das contradições entre o espaço como produto da lógica capitalista e como obra coletiva, o direito à cidade representa um horizonte utópico, mas com um certo nível de possibilidade, que sintetiza a dialética entre espaço concebido, percebido e vivido.

É certo dizer que, “Num nível geral, a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético” (Schmid, 2012, p. 7). Essa dialética não é concreta, mas relacional, todas as partes devem estar em contínuo movimento, de forma que saberes impostos sejam constantemente subvertidos, mesmo que não totalmente rompidos. Nesse sentido, a pretensão dialética de Lefebvre, longe de ser teleológico, fundamenta-se no constante devir. Em outras palavras, os usos oficiais do espaço devem ser revolucionados a partir de sua apropriação coletiva e criativa pela comunidade.

Assim, “[...] não existe pensamento sem utopia (sem exploração do possível) e não existe pensamento sem referência a uma prática que, do ponto de vista do debate urbano se associaria à produção do habitar e do uso dando sentido à apropriação como ato essencialmente humano (criativo)” (Carlos, 2020, p. 5). Nessa perspectiva, a dialética lefebvriana articula desejo e ação, utopia e realidade. Isso se traduz em uma política do cotidiano que busca romper com a passividade imposta pelo espaço capitalista e reapropriar a cidade como direito, como obra coletiva. A apropriação do espaço torna-se um ato profundamente humano e político, que advoga pela simbiose entre imaginação e prática na luta por uma cidade verdadeiramente vivida, isto é, o direito à cidade.

O direito à cidade expressa a possibilidade de romper a dominação do espaço pelo capital e devolvê-lo aos habitantes como espaço de apropriação e transformação social. Nessa visão, a comunidade deixa sua posição como simples consumidores de um espaço previamente planejado para se tornar protagonista na produção e reinvenção da vida urbana. Essa demanda não se refere apenas à permanência física em determinado território, mas à capacidade coletiva de participar ativamente da definição de seus usos, de reconfigurar seus significados e de subverter as lógicas que moldam o espaço no capitalismo, através especialmente da utilização simbólica e artística da cidade. Nas palavras de Lefebvre:

Necessária como a ciência, não suficiente, a *arte* traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços *apropriados*: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra (2011, p. 116).

É, assim, uma reivindicação pelo uso da cidade em detrimento de sua mercantilização, abrindo caminho para formas de urbanidade que priorizem a experiência humana, a apropriação criativa e a pluralidade. Kowloon pode ser entendida, de certa forma, como expressão física dessa utopia. Uma urbanidade que não se conforma às hierarquias tradicionais e que materializa, em sua própria estrutura, a potência revolucionária do direito à cidade.

Nas cidades modernas, a fragmentação e hierarquização do espaço, além de segregar a sociedade, impossibilita que a vida coletiva se desenvolva para além dos limites impostos em seu planejamento. Essa demarcação acarreta diretamente a privação da fruição urbana, negligenciando espaços públicos de cultura, festa e lazer. Dessa forma, “[...] a situação do cidadão e as condições do exercício da cidadania se reduzem às condições da sobrevivência com a destituição do sentido da vida e da dignidade humana” (Carlos, 2020, p. 364-365). Nessa perspectiva, torna-se imprescindível a proposição de uma alternativa educativa que promova a consciência comunitária em relação ao direito à cidade, uma vez que a discussão sobre tal reivindicação é, ainda, muito pouco explorada em níveis populares e não acadêmicos. Elizabeth Jelin aponta que a construção da cidadania se dá a partir do conhecimento dos direitos e deveres do sujeito por parte deste e só pode ser exercido plenamente em um ambiente favorável, onde as classes dominantes e o próprio Estado compreendam como cidadãos diferentes grupos sociais e estejam dispostos a ceder espaço a eles (1993, p. 54-55). Assim, se faz essencial um ensino de História que posicione o estudante como protagonista, estimulando, além do exercício de seus direitos, a possibilidade de se impor sobre as estruturas de poder hierarquizantes e que suprimem as reivindicações populares.

Dessa forma, a seguinte proposta didática consiste em uma sequência educativa com duas aulas de 50 minutos, onde serão trabalhados conceitos já apresentados nessa pesquisa referentes à produção espacial e aos usos coletivos do espaço, utilizando como principal fundamentação a Cidade Murada de Kowloon. Nessa perspectiva, espera-se que, a partir de uma abordagem interdisciplinar, especialmente no que se refere a geografia urbana, os estudantes compreendam a não neutralidade do espaço em que ocupam e seu próprio protagonismo como produtor desse território, para que assim reconheçam-se como cidadãos capazes de subverter estruturas que limitem a fruição urbana e possam exercitar a cidadania e, conseqüentemente, o direito à cidade.

5.1. Sequência didática: um caminho para o exercício da cidadania

Plano de Ensino

Disciplina:		História			
Ano (série):	3º ano	Nível:	Ensino Médio	Carga Horária:	50 minutos

Tema
A produção capitalista do espaço e a reivindicação do direito à fruição urbana.

Habilidades previstas na BNCC
(Habilidade EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas (Brasil, 2018, p. 561). (Habilidade EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis (Brasil, 2018, p. 561). (Habilidade EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos (Brasil, 2018, p. 561).

Objetivos

Objetivo geral:	Analisar como o espaço é socialmente produzido e fazeres que possibilitam a subversão dos mecanismos de privação à urbanidade.
------------------------	--

Objetivos específicos:	1. Compreender como o espaço é produzido de acordo com as relações sociais, políticas e econômicas nele contidas. 2. Detectar os problemas sociais causados pelo planejamento urbano hierarquizado.
-------------------------------	---

	3. Conhecer a história da Cidade Murada de Kowloon e compreendê-la como uma zona de exceção do planejamento urbano capitalista. 4. Identificar as estratégias de resistência da comunidade em relação ao uso do espaço.
--	---

Conteúdo
• A produção capitalista do espaço. • A história da Cidade Murada de Kowloon. • Uso comunitário do espaço. •

Metodologia
Apresentação (3 minutos): Organização da sala, cumprimento aos estudantes e abertura da aula com a apresentação da temática (recursos: voz). Contextualização (10 minutos): Exposição dialogada sobre como o espaço é produzido socialmente de acordo com o sistema econômico e político em vigência, utilizando conceitos básicos de Henri Lefebvre (espaço concebido, vivido e percebido) e David Harvey (espaço como forma de acumulação no capitalismo) a serem adaptados para alunos do ensino médio (recursos: voz). Exposição dialogada (15 minutos): Apresentação da Cidade Murada de Kowloon, sua história e características que a classificam como um exemplo de urbanização de baixo para cima. Serão mostradas imagens retiradas do livro <i>City of Darkness</i> para representar a apropriação da cidade por parte dos habitantes, bem como o depoimento de alguns membros dessa comunidade contido no livro (recursos: voz; projeção de slides com imagens) Discussão (15 minutos): Os estudantes serão questionados sobre práticas diárias em que a comunidade se apropria do espaço planejado e o utiliza de forma subversiva. Será trazido o exemplo dos “rolezinhos” que ocorrem nos <i>Shoppings</i>, onde a juventude toma um espaço privado e o utiliza como espaço de lazer, na falta de espaços realmente comunitários. Os estudantes serão ouvidos e iniciarão um debate mediado com as ideias que trouxeram (recursos: voz). Preparação para atividade (7 minutos): Os estudantes serão divididos em grupos e, com base na discussão anterior, cada grupo escolherá um desses espaços para elaborar uma pesquisa que será socializada etapa seguinte, através de uma apresentação de slides com imagens e explicações (recursos: voz).

Recursos
Voz; computador; projetor.

Avaliação

Avaliação processual: A avaliação será feita ao longo da aula, com base nas discussões mediadas e no engajamento dos alunos à atividade proposta.

Referências

ALMEIDA, Isabelle de Lima; DO NASCIMENTO, José Clewton. Produção do espaço, temporalidade e temporalização: reflexões acerca do tempo e do urbano a partir do pensamento de Milton Santos e Henri Lefebvre. **ENANPUR**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-48.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 3, p. 551–563, 2019. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>.. Acesso em: 4 ago. 2025.

BRANDT, DANIELE BATISTA. O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2018/oral-23485-16188.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

CARLOS, Ana Fani. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, ed. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/?format=html&lang=pt>.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo - SP: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo - SP: Centauro Editora, 2011.

Plano de Ensino

Disciplina:		História			
Ano (série):	3º ano	Nível:	Ensino Médio	Carga Horária:	50 minutos

Tema
A produção capitalista do espaço e a reivindicação do direito à fruição urbana.

Habilidades previstas na BNCC
(Habilidade EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas (Brasil, 2018, p. 561). (Habilidade EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis (Brasil, 2018, p. 561). (Habilidade EM13CHS206) Compreender e aplicar os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, entre outros, relacionados com o raciocínio geográfico, na análise da ocupação humana e da produção do espaço em diferentes tempos (Brasil, 2018, p. 561).

Objetivos

Objetivo geral:	Compreender a importância do exercício da cidadania por parte dos habitantes, de forma que o uso público do espaço seja constantemente reivindicado.
------------------------	--

Objetivos específicos:	1. Analisar múltiplas formas de resistir à lógica fragmentária e hierárquica do uso do espaço urbano. 2. Conhecer o conceito de direito à cidade e sua importância para a vida pública. 3. Refletir sobre a necessidade de uma reivindicação constante por espaços públicos e comunitários.
-------------------------------	---

Conteúdo
• Formas de resistência espacial. • Direito à cidade e cidadania.

Metodologia
Apresentação (3 minutos): Organização da sala em grupos, cumprimento aos estudantes e abertura da aula (recursos: voz). Socialização da pesquisa (30 minutos): Os grupos apresentarão sua pesquisa de acordo com o combinado na aula anterior, socializando novas formas de se apropriar da cidade (recursos: voz; projeção de slides; demais recursos escolhidos pelos estudantes na apresentação). Exposição dialogada e debate final (17 minutos): Inicialmente será apresentado o conceito de direito à cidade e como as situações apresentadas funcionam como uma expressão dessa reivindicação, atentando-se para a importância dessa luta constante para o exercício da cidadania. A partir de então, será iniciado um debate mediado sobre as apresentações, para que os estudantes surjam com novas ideias de apropriação urbana e falem sobre essa prática em seu cotidiano.

Recursos
Voz; computador; projetor.

Avaliação
Avaliação qualitativa e processual: A avaliação será feita ao longo da aula, com base nas discussões mediadas e no engajamento dos alunos à atividade proposta. Também será analisada a participação dos estudantes na atividade proposta, bem como os materiais produzidos por eles.

Referências
ALSUWAIDI, Maryam; BOUSSAA, Djamel; FURLAN, Raffaello; AWWAAD, Reem. The Paradox of Kowloon Walled City: Architectural Anomaly and Social Microcosm. Sustainability, [s. l.], v. 16, n. 15, 2024. DOI https://doi.org/10.3390/su16156515. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/16/15/6515. Acesso em: 20 ago. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 26 abr. 2024.

GIRARD, Greg; LAMBOT, Ian. City of Darkness: Life in Kowloon Walled City. Zhonghua Book Company, 2014.

JONES, Gordon. The Kowloon City District and the Clearance of the Kowloon Walled City: Personal Recollections. **Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch**, [s. l.], v. 51, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23891943>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LIU, Sophie. Order and Disorder: the Governance of the Kowloon Walled City in Hong Kong during the late 20th Century. The Columbia Journal of Asia, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 30–42, 2024. DOI: 10.52214/cja.v3i1.12511. Disponível em: <https://journals.library.columbia.edu/index.php/cja/article/view/12511>. Acesso em: 19 feb. 2025.

SINN, Elizabeth. KOWLOON WALLED CITY: ITS ORIGIN AND EARLY HISTORY. Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society, vol. 27, 1987, pp. 30–45. Disponível em : *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/23886841>. Acesso em: 17 fev. 2025.

6. Considerações Finais

“O ambiente ao nível da rua era apavorante, com bueiros a céu aberto, esgotos, ratos, ruas irregulares e conexões elétricas ilegais e penduradas. Sujeira e miséria em uma miríade de manifestações horríveis estavam por toda parte. Durante uma das minhas visitas no verão, o mal cheiro dos bueiros e esgotos a céu aberto era tanto que quase me deixavam fisicamente doente. No entanto, ao entrar nos prédios e se afastar do nível da rua, o ambiente melhorou e não era muito diferente do ambiente de outros distritos com um grande número de antigos prédios residenciais privados. Além disso, muitos dos prédios altos eram fisicamente interconectados, de modo que era possível caminhar de um para o outro por uma rede de escadas e corredores sem tocar o nível da rua. A luz penetrava muito pouco na Cidade Murada, com exceção de alguns poços de luz e da área imediatamente ao redor do antigo *yamen* dos magistrados, no centro da cidade” (Jones, 2011, p. 270-271).

Após anos de divergências diplomáticas sobre a Cidade Murada de Kowloon, em 1987, a China e o Reino Unido finalmente chegaram a um consenso: ela seria demolida. A citação acima pertence a um documento escrito por Gordon Jones, oficial que participou pessoalmente da destruição da cidade, onde ele relata sua experiência diante da situação. Parece-me que, e admito que eu mesma tive essa impressão em um primeiro momento, a grande maioria das pessoas compartilha da perspectiva de Jones: um ambiente sujo, insalubre, quase distópico. A questão sanitária fora, inclusive, uma das justificativas para que pusessem um fim na cidade. Sob o olhar ocidental e urbanisticamente padronizante a cidade murada era, sim, um lugar inóspito. Mas e para seus habitantes? Para eles, Kowloon não se definia por caos ou degradação: era lar, comunidade e espaço de sociabilidade. As vielas apertadas, os becos sobrepostos e as construções amontoadas não se resumiam somente a uma estruturação física, mas personificava uma rede de relações, de trocas, de afeto, de coletividade, em que cada espaço, por mais improvisado que parecesse, tinha função e significado. Não é à toa que sua população lutou até o último momento contra esse fim, unindo os mais diversos grupos e comunidades internas presentes na cidade em prol de desfazer tal decisão (Alsuwaidi et al., 2024, p. 156). Sem sucesso, Kowloon foi oficialmente demolida em 1994, dando lugar ao parque denominado *Kowloon Walled City Park*.

Mesmo sob essas condições, diante das pressões externas e da lógica capitalista de planejamento urbano, Kowloon resistiu por décadas, funcionando à margem de regulamentações, padrões estéticos e planejamentos impostos pelo Estado e pelo mercado. Sua destruição, que prefiro compreender como uma espécie de colonização, representou a tentativa de impor uma ordem formal sobre um espaço que já tinha desenvolvido, por si mesmo, seu próprio padrão de ocupação e vida coletiva. O fim que teve Kowloon não apaga o que a cidade

representa: um espaço de autonomia, criatividade e coletividade que desafiava a imposição de padrões e a homogeneização do urbano; uma expressão de cidade viva, que fora de seus habitantes por direito, como toda cidade deveria ser.

7. Referências

- ALMEIDA, Isabelle de Lima; DO NASCIMENTO, José Clewton. Produção do espaço, temporalidade e temporalização: reflexões acerca do tempo e do urbano a partir do pensamento de Milton Santos e Henri Lefebvre. **ENANPUR**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-48.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ALSUWAIDI, Maryam; BOUSSAA, Djamel; FURLAN, Raffaello; AWWAAD, Reem. The Paradox of Kowloon Walled City: Architectural Anomaly and Social Microcosm. **Sustainability**, [s. l.], v. 16, n. 15, 2024. DOI <https://doi.org/10.3390/su16156515>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/16/15/6515>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 3, p. 551–563, 2019. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acesso em: 4 ago. 2025
- BAUER, Rolf. Chapter 1 Introduction. In : **The Peasant Production of Opium in Nineteenth-Century India**, Leiden, The Netherlands: Brill, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004385184_002. Acesso em: 19 fev. 2025.
- BRANDT, DANIELE BATISTA. O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2018/oral-23485-16188.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- CARLOS, Ana Fani. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 3, p. 458–477, 2019. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163371](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163371). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/163371>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- CARLOS, Ana Fani. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, ed. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqcqyVrbc/?format=html&lang=pt>.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrênia**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrênia**. 1. ed. São Paulo - SP: Editora 34, 1997. v. 5.
- GIRARD, Greg; LAMBOT, Ian. **City of Darkness: Life in Kowloon Walled City**. Zhonghua Book Company, 2014. Acesso em: 19 ago. 2025.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo - SP: Annablume, 2005.
- JELIN, Elizabeth. “Como construir ciudadanía? Una visión desde abajo”. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**. 5 dez. 1993. Tradução de Gabriel Cohn.

- JONES, Gordon. The Kowloon City District and the Clearance of the Kowloon Walled City: Personal Recollections. **Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch**, [s. l.], v. 51, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23891943>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo - SP: Centauro Editora, 2011.
- LIU, Sophie. Order and Disorder: the Governance of the Kowloon Walled City in Hong Kong during the late 20th Century. *The Columbia Journal of Asia*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 30–42, 2024. DOI: 10.52214/cja.v3i1.12511. Disponível em: <https://journals.library.columbia.edu/index.php/cja/article/view/12511>. Acesso em: 19 fev. 2025.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a dialética tridimensional. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, nº 32, 2025.
- SHERPA, Diki. Village Policing in Early Colonial Hong Kong: Adopting Baojia System. **The Twelfth International Convention of Asia Scholars (ICAS 12)**, [s. l.], v. 1, p. 650-655, jun. 2022. DOI <https://doi.org/10.5117/9789048557820/ICAS.2022.075>. Disponível em: <https://www.aup-online.com/content/papers/10.5117/9789048557820/ICAS.2022.075>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SINN, Elizabeth. KOWLOON WALLED CITY: ITS ORIGIN AND EARLY HISTORY. *Journal of the Hong Kong Branch of the Royal Asiatic Society*, vol. 27, 1987, pp. 30–45. Disponível em : *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/23886841>. Acesso em: 17 fev. 2025.